

# Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional

*Lúcio Flávio de Almeida\**

*Resumo:*

A principal hipótese deste artigo é que o "nacionalitarismo", este aspecto democrático existente no nacionalismo de "nação oprimida", não está sempre articulado a programas político-ideológicos das classes dominadas. Ao contrário, esta articulação é um resultado potencial das lutas destas classes.

Os embates teórico-ideológicos têm suas marchas e contramarchas que, mesmo não redutíveis às lutas políticas, guardam estreitas relações com elas. Nos anos 60-70, houve um grande desenvolvimento dos estudos sobre os aspectos jurídico-políticos das sociedades capitalistas e, em menor grau, sobre as características da ideologia dominante nelas existentes. Com esses desenvolvimentos, as análises políticas de inspiração marxista chegaram a se colocar em clara ofensiva diante das correntes genericamente denominadas elitistas-pluralistas (inclusive as de caráter sistêmico), enfrentando-as em seu próprio terreno.

Este avanço teve como um de seus empuxes a eclosão de uma série de lutas que recolocaram na agenda política a questão de como se construir uma sociedade alternativa àquelas dominadas pelo modo de produção capitalista: revolução cubana; revolução cultural chinesa; novas modalidades de luta operária e estudantil na Europa, nos Estados Unidos e em inúmeras formações sociais dependentes; luta vitoriosa do Vietnã contra a maior potência capitalista do planeta. Tudo isso contribuiu não apenas para aprofundar a crítica ao modelo de dominação de classe que se constituía na então União Soviética, como para desbloquear forças que apontavam para a construção de uma sociedade onde o poder político estivesse sob controle dos trabalhadores.

\* Prof. do  
Departamento  
de Política da  
PUC-SP e  
membro do  
Neils.

Atualmente, como se sabe, é outra a correlação. Os adversários do capitalismo foram deslocados para a defensiva, com sérias dificuldades para aprofundar (e, às vezes, até manter) suas posições críticas acerca de duas realidades sociais em nítida crise (obviamente de amplitude e temporalidades desiguais): a do sistema capitalista tradicionalmente hegemônico pelos Estados Unidos e a da variante capitalista estatal desse sistema (esta última crise apresentada como “prova” irrefutável da impossibilidade do capitalismo).

Passada a simplória euforia dos adeptos de Fukuyama sobre o prenho final da História, a situação é mais favorável. O que não convém é simplesmente passar da ressaca à euforia e, com isto, ignorar questões teórico-políticas importantes para as forças interessadas na superação do capitalismo. Não encarar estas questões de frente é o primeiro passo para a repetição de equívocos que podem levar a novas derrotas. Inversamente, analisá-las (ou mesmo lembrar que elas existem) pode ser uma contribuição importante para que se definam mais claramente os objetivos destas lutas e as modalidades de alianças que elas implicam.

Destaco, aqui, dois conjuntos de problemas frente aos quais a defensiva de muitos críticos da ordem atual é bastante visível e tem gerado uma situação de perplexidade que devem ser enfrentados com urgência. O primeiro tem a ver com o duplo e aparentemente paradoxal impacto da nova fase de internacionalização dos processos produtivos e do renascer de nacionalismos; o segundo refere-se às operações que visam conferir ares de evidência à tese de que a democracia burguesa é um valor universal. Em muitas lutas concretas, ambos os conjuntos aparecem estreitamente relacionados.

A luta pela derrubada dos regimes que até recentemente existiam na Europa centro-oriental realizou-se sob a dupla bandeira do nacionalismo e da democracia e, para perplexidade de grande parte das esquerdas, foi dirigida de modo a colocar a sobrevivência daquelas sociedades como dependente, em grande parte, do montante de capitais que as potências capitalistas hegemônicas estiverem dispostas a investir por lá. Neste caso, o único internacionalismo com que nos deparamos é de corte nitidamente burguês e a atual fase de internacionalização dos processos produtivos, embora expresse uma tendência já detectada por Marx no século passado, é apresentada como “prova” da vitalidade (e perenidade) do capitalismo.

É provável que boa parte da perplexidade se deva ao nosso "aprisionamento" no interior da disjuntiva estatismo-liberalismo. Esgrime-se, no primeiro caso, um discurso que apresenta o Estado capitalista como guardião dos interesses nacionais, com especial carinho para com os mais "desprotegidos", ou seja, os trabalhadores. No segundo, por meio de uma análise marcadamente economicista, adota-se a tese de que a internacionalização da economia não somente tornará obsoleta a intervenção econômica do Estado, mas, inclusive, quaisquer considerações de ordem nacional. Ao mesmo tempo, aceitam-se, mais ou menos integralmente, as teses que situam esta "liberdade econômica" como condição necessária para a "democracia", ou seja, a "liberdade política".

Em suma, nos planos da prática e da análise política, os adversários do capitalismo encontram-se claramente na defensiva ao se depararem com duas questões cruciais: a questão nacional e a questão democrática. Qualquer tentativa de alterar esta correlação passa, no campo teórico, pelo aprofundamento dos estudos sobre ambos os temas, o que exige um duplo trajeto: o exame crítico das formulações clássicas, com vistas a aprender com os seus acertos e com os seus erros; e a tentativa de desenvolver as contribuições que considerarmos fecundas. Este percurso pode contribuir para o avanço das análises de como ambas as questões mencionadas se apresentam na atualidade.

Resumindo tudo em uma frase: é preciso fazer um reexame teórico da relação entre forma de Estado e processos ideológicos de encenação da comunidade nacional.

Isto é parte de um estudo mais amplo: o exame da ideologia nacional e do seu papel na estruturação das relações sociais (especialmente as jurídico-políticas) capitalistas. Neste artigo, procurarei abordar um aspecto bem mais específico dessa relação: a presença de conteúdos democráticos em determinados tipos de questão nacional, ou seja, das questões nacionais que emergem em formações sociais dependentes. Acredito que este seja um trajeto interessante para se rediscutir, aqui na "periferia" do sistema, as referidas questões nacional e democrática.

Este não é o espaço mais adequado para desenvolver teorizações acerca do conceito (ou noção) de "dependência", inclusive de suas relações com as distintas "teorias do imperialismo". Limito-me a apresentar algumas formulações que julgo essenciais para a abordagem que apresento aqui, sobretudo porque possibilitam descartar qualquer perspectiva de caráter economicista.

### **Dependência e nacionalismo: algumas formulações gerais**

A noção de "dependência" refere-se, em minha análise, aos efeitos da estruturação do capitalismo no plano mundial sobre as assimetrias (não exclusivamente econômicas) das relações entre as formações sociais. As relações entre nacionalismos que se constituem nas formações sociais dependentes e os centros hegemônicos do sistema capitalista internacional são bastante complexas e não redutíveis a questões de caráter exclusivamente econômico. Com perdão do trocadilho, tudo depende de como as forças sociais que, em um dado momento, assumem o nacionalismo "vivenciam" ideologicamente a situação de dependência. Em outros termos, depende de como representarão para si mesmas esta situação e, fazendo-o, de qual aspecto da dependência ("espoliação econômica", "carência de industrialização", "atraso tecnológico", "ausência de soberania", "colonialismo cultural", etc.) apresentarão como crucial. Depende, portanto, de qual será o núcleo da "questão nacional" e de quais encaminhamentos políticos serão realizados com vistas a "resolvê-la", ou seja, a eliminar o "fosso" que separa, no que tange ao aspecto em questão, de um lado, a formação social dependente e, de outro, as formações sociais de capitalismo avançado.

A abertura de uma nova fase de internacionalização dos processos produtivos, no bojo da crise do capitalismo iniciada em meados dos anos 70, tem produzido um duplo "efeito": 1) a fragilização da capacidade dos Estados nacionais (inclusive nas formações sociais hegemônicas) para implementarem políticas próprias; 2) o acirramento da competição entre eles, cada um procurando transferir para os demais o ônus da referida crise, o que torna ainda mais desvantajosa a situação da imensa maioria das formações "periféricas". Em outros termos, a interdependência crescente não eliminou a dependência, embora, num aparente paradoxo, esta última tenha perdido o *status* de objeto de estudo privilegiado em diversos aparelhos universitários do "primeiro" e do "terceiro" mundos.

Aquela fragilização e, articulado a ela, o declínio e colapso do bloco liderado pela extinta União Soviética, estão na base de deslocamentos na ordem internacional cujas conseqüências ainda são difíceis de perceber. No início, elas foram apresentadas como quase paradisíacas pela totalidade dos grandes meios de comunicação. Finalmente teríamos chegado a uma era de harmonia e de prosperidade para o mundo inteiro. Sob a égide da "globalização" e da "interdependência", as lutas de classes e a

opressão imperialista se tornaram peças de museu e a grande questão era se livrar rapidamente do peso do passado e buscar uma “boa inserção” no novo cenário globalizado<sup>1</sup>.

Não se passaram dez anos e o que se apresenta é um imenso potencial de miséria (contraposta a uma intensa concentração de riqueza) e tensões. Estas últimas têm sido, no geral, tratadas com imensa ligeireza e apresentadas como redutíveis, no pior dos casos, aos chamados “conflitos norte-sul” (eufemismo para ocultar os nexos estruturais entre as formações sociais imperialistas e as dependentes). Um dos resultados desta superficialidade ideologicamente orientada foi a desatenção para: 1) o grande potencial de eclosão de novas lutas sociais; 2) os atritos entre os novos blocos que se formam na arena internacional<sup>2</sup>; 3) o surgimento de novas questões nacionais e a grande diversidade nos modos de se “trabalhar” politicamente com elas.

Longe de serem homogêneas, as formações dependentes apresentam uma extraordinária diversidade de características. Diferem, por exemplo, quanto à configuração das forças políticas que se constituem no interior delas e, portanto, no que se refere às relações com as políticas emanadas dos centros hegemônicos do sistema internacional. A Argentina em guerra pelas Malvinas e a Nicarágua, sob direção sandinista; Irã e Panamá; Cuba e Iraque possuem em comum o caráter de formações sociais dependentes e o fato de seus respectivos Estados nacionais terem entrado (e, alguns, permanecerem) em conflito mais ou menos direto com a potência imperialista hegemônica (os Estados Unidos). Todavia, essas similitudes não devem obscurecer as profundas diferenças de estruturação interna das forças sociais e, logo, da natureza dos conflitos que, como se viu no caso da Argentina,<sup>3</sup> não impedem ampla margem de entendimento entre os dirigentes desses países e seus congêneres nos Estados Unidos.. Ignorar as diferenças é o caminho mais curto para a perplexidade de todos os que não pretendem se alinhar nem com as potências imperialistas, nem com as classes dominantes mais aipopulares do chamado “terceiro mundo”. Além disso — como veremos mais abaixo —, é preciso considerar que os conflitos entre Estados das formações sociais hegemônicas e dependentes não são os únicos que têm alta probabilidade de ocorrência em um período que se prenuncia como repleto de “questões nacionais”. Em qualquer dos casos, impõe-se, nos planos teórico e político, a necessidade de retomar o exame da questão do direito à autodeterminação nacional.

1. Neste contexto, um polêmico artigo de Wallerstein (1993), ao destacar o esboroamento do mito do desenvolvimento nacional, contribui, apesar do exagero, para uma apreciação bem mais realista das tensões que se gestam no plano internacional do que a maior parte das especulações sobre “a nova inserção internacional” do Brasil. Mais adiante, voltarei a me referir a este artigo.

2. E, inclusive, sobre quais blocos devem se formar.

3. E — para surpresa de muitos — do Irã e, mais recentemente, do Iraque. Depois do processo de satanização de Saddam Hussein, fica difícil para os meios de comunicação explicar como as “forças do bem” permitiram que o ditador continuasse no posto. E alguém descobriu uma única matéria sobre o funcionamento da liberal-democracia no Kuwait ou na Arábia Saudita?

### **Nacionalismo, nacionalismos**

Uma fonte inesgotável de equívocos sobre o nacionalismo consiste em tratá-lo diretamente, sem considerar a estrutura ideológica que lhe confere pertinência política. É o estudo da ideologia nacional que possibilita a inteligibilidade teórica do nacionalismo. A ideologia nacional postula a existência de um igualitarismo específico que se constitui entre os membros de uma comunidade cuja soberania se expressa no Estado-nação. Compartilho da tese de que este igualitarismo, que apresenta a todos os membros da referida comunidade como indivíduos-sujeitos, é fundamental para a reprodução da dominação capitalista de classe. Daí o duplo caráter das lutas nacionais nos processos de revolução burguesa. Por um lado, existe um aspecto "progressista", pois estes processos se voltam para a constituição de uma nova estrutura jurídico-política (burguesa) indispensável para a instauração deste igualitarismo específico: o igualitarismo nacional. Por outro lado, este igualitarismo se articula a um novo tipo de dominação de classe (a dominação capitalista), sendo fundamental para a reprodução desta.

A desconsideração para com o caráter bifronte desses movimentos nacionais, inclusive quando eles apresentam acentuadas inflexões para a esquerda, tem provocado decepções. Em geral, durante as lutas de libertação predomina o primeiro aspecto, que chega a ser largamente hipostasiado. A conquista do aparelho estatal tende a inaugurar, quase sempre, a fase da primazia do segundo aspecto: o processo de plenificação de uma nova dominação de classe, mesmo quando ele transcorre sob a égide de forte presença estatal na economia (o que, não poucas vezes, estimulou a atribuição de um caráter "socialista" a tais Estados e, por extensão, ao conjunto de suas respectivas formações sociais).

Algo parecido ocorreu recentemente no movimento pela independência nacional polonesa frente à extinta União Soviética, com a exceção de que, ao contrário do forte estatismo presente na "metrópole", este movimento foi impregnado de valores liberais privatistas. A dramaticidade do caso polonês deriva do fato de que mesmo uma fortíssima presença operária foi incapaz de imprimir uma direção voltada para a construção do socialismo. Ao contrário, o movimento realizou objetivos nitidamente burgueses, cujo símbolo maior é personificado por Lech Walesa, o principal líder das antigas greves operárias que estiveram na base da fundação do "Solidariedade".

Todavia, não há como ignorar que movimentos desse tipo ocorrem no contexto de relações assimétricas, marcadas pela opressão. É impossível negligenciar a diferença entre os chamados nacionalismos de “nação oprimida” e de “nação opressora”. Neste sentido, abordarei alguns aspectos das formulações leninianas, não exatamente por amor a qualquer ortodoxia, mas porque elas proporcionaram (às vezes, como se verá, de modo indireto) referências teóricas importantíssimas para se pensar a relação entre dependência e questões nacionais.

A defesa do direito à autodeterminação, formulada por Lenin, considerava a questão nacional como essencialmente integrante da questão democrático-burguesa, sob um duplo aspecto.

No que se refere às relações sociais internas à formação social para a qual era reivindicado um Estado “próprio”, lutava-se pela dissolução das relações sociais pré-capitalistas e pelas conquistas das liberdades políticas pelas classes populares. Desta forma, a defesa daquele direito foi justificada, no que dizia respeito ao império czarista, não apenas como um princípio democrático geral, mas porque, em grande parte deste império, ainda não havia se concluído (ou mal havia começado) “a transformação democrático-burguesa dos Estados, a qual conduz no mundo todo, em maior ou menor grau, à criação de Estados nacionais independentes ou de Estados com a composição mais homogênea” (Lenin, 1975:55)<sup>4</sup>.

Já no tocante às relações “externas”, ou seja, à luta pela soberania das “nacionalidades” que se procurava constituir como “nação”, o objetivo era, em geral, montar um Estado “próprio”. Em suma, a construção do Estado nacional era uma luta contra uma forma específica de opressão.

Portanto, articulavam-se duas distinções cruciais para o exame dos movimentos nacionais: 1) a relativa ao caráter (composição social, direção política, objetivos) dos movimentos nacionais (muitas vezes, como veremos, essa distinção foi formulada em termos de época); 2) a distinção, já mencionada, entre nacionalismo de nações opressoras e oprimidas.

Se a “nacionalidade oprimida” era aquela que não dispunha de Estado “próprio”, o caráter estatal da “nação opressora” deve ser qualificado. A afirmação de que esta possuía Estado “próprio” só se aplicaria (e mesmo assim *cum grano salis*, pois caberia considerar o caráter mistificador dessa ideologia) caso se tratasse de um Estado burguês. Neste caso, já teria sido feita a revolução política burguesa, cabendo ao Estado que ela constituiu organizar a dominação sobre a “nação oprimida”.

4. Essas teses foram elaboradas em julho de 1913.

Note-se, portanto, que no caso do império czarista, onde não havia ocorrido a revolução burguesa, a situação era mais complexa ainda. Lá o Estado “pré-burguês” (Estado absolutista) organizava o poder político das forças contra as quais se voltaria a revolução burguesa. Por outro lado, diversos movimentos de “nações oprimidas” incluíam-se no conjunto de forças que apontavam no sentido desta mesma revolução.

A primeira distinção situa-se, portanto, entre, por um lado, movimentos nacionais que se dão em um contexto marcado pela eclosão de revoluções burguesas e, por outro lado, aqueles que afloram em um contexto já marcado pela ordem capitalista. Frequentemente, esta distinção adquiriu a forma de uma periodização, referindo-se, neste caso, a duas grandes “épocas”: 1) a da derrocada do feudalismo e do absolutismo, na qual se constituíam uma sociedade e um Estado burguês sob forma democrática, sob o impacto dos movimentos nacionais que, pela primeira vez, tornavam-se movimentos de massas; 2) a época da ordem capitalista consolidada, com regime constitucional já estabelecido há muito tempo e com o antagonismo entre o proletariado e a burguesia bastante desenvolvido. Se a luta pelas liberdades políticas em geral e, em particular, pelos direitos da nacionalidade, eram típicas da primeira época, a segunda seria marcada pela ausência de movimentos democráticos burgueses de massa (Lenin, 1971:590).

O próprio autor julgou importante observar que não se tratava de um enfoque de tipo cronológico linear — as duas épocas não estão “separadas por uma muralha” — e se interessava principalmente por uma situação marcada, em plena era que ele mesmo definiria como imperialista, pela ausência de uma ordem burguesa. Tratava-se do império czarista e, debatendo com Rosa Luxemburgo, Lenin afirmaria que ela perdeu de vista justamente a diferença essencial “entre os países onde as transformações democrático-burguesas terminaram há muito tempo e aquelas onde isso não ocorreu” (Lenin, 1971:594).

Em 1916, essas teses receberam um duplo desenvolvimento. Em primeiro lugar, quanto ao âmbito de aplicação, ultrapassaram as fronteiras do império czarista, fundando uma avaliação estratégica que seria considerada válida para imensas regiões do globo terrestre. “Na Europa Oriental e na Ásia — afirmaria Lenin — a época das revoluções democrático-burguesas apenas começou em 1905. As revoluções na Rússia, na Pérsia, na Turquia, na China, as guerras balcânicas, eis o fio dos acontecimentos de nossa época,



eis nosso 'Oriente'. Só um cego não vê neste fio de acontecimentos o despertar de toda uma série de movimentos nacionais democráticos burgueses, com tendências à formação de Estados nacionais independentes e homogêneos. É porque a Rússia e os países vizinhos atravessam esta época, e só por isso, que é necessário em nosso programa um parágrafo relativo ao direito das nações a disporem de si próprias" (Lenin, 1971:594). Como afirmou Carrère d'Encausse (1977:78), a reflexão de Lenin sobre a questão nacional adquiriu, em 1916, uma dimensão mundial.

Em segundo lugar, surgiram formulações nas quais se abandonou de vez a perspectiva cronológica. Tratou-se mais claramente de identificar estruturas sociais distintas, cada uma delas determinando uma relação particular entre ideologia nacional e lutas de classes. A partir desta abordagem, foi elaborada uma classificação de três tipos: 1) Os Estados Unidos e os grandes países capitalistas da Europa Ocidental, com seus Estados nacionais já plenamente constituídos; 2) a Europa Oriental, com seus impérios multinacionais e diversos processos de revolução burguesa em curso; 3) os países coloniais e semicoloniais. Só nos dois últimos casos os movimentos nacionais deveriam ser apoiados (Lenin, 1977:249-50).

Podemos clarificar agora em qual sentido a distinção entre o caráter dos movimentos nacionais se articula à distinção entre os nacionalismos de nações "opressora" e "oprimida": o segundo nacionalismo, ao se tornar um componente importante da revolução burguesa, especialmente (embora não seja condição necessária) em um contexto marcado por um forte potencial de participação de massas, apresenta um aspecto *democrático* burguês.

#### **Em que consiste este aspecto?**

Trata-se da extensão do igualitarismo *jurídico* (formal) ao âmbito das relações internacionais. Isso requer uma dupla precisão.

Ao contrário do que Rosa Luxemburgo supunha (e discordava), não se tratava de igualdade econômica ou mesmo de qualquer igualdade "substantiva". Assim como o igualitarismo jurídico não implicava igualdade "sócio-econômica" entre as classes, o igualitarismo burguês nas relações internacionais não significava simetria de lugares na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a análise que embasava a defesa do direito à autodeterminação revelou-se muito mais atenta para a autonomia relativa das relações políticas e ideológicas.

5. Refiro-me novamente, em especial, aos 14 pontos de Wilson. Neste sentido, no interior do partido bolchevique, o texto que mais se aproxima do princípio das nacionalidades é *O marxismo e a questão nacional*, de Stalin, o qual, por intermédio da seleção de seis "índices", procurou determinar, de um modo totalmente a-histórico, o que é (e o que não é) uma nação. Embora este artigo não tenha o objetivo de "salvar" o leninismo (expressão cunhada por Stalin), observo que Wallerstein, ao confundir as concepções (e práticas) de Lenin com as que caracterizaram o stalinismo, não ajuda a compreender umas e outras, nem — e é o que me interessa neste artigo — a fecundidade e os problemas teórico-políticos da defesa leniniana do direito à autodeterminação nacional.

Todavia, a similitude das relações internacionais com as lutas de classes não deve ser levada longe demais. Pois, se a democracia burguesa no interior de uma formação social é uma forma de Estado capitalista, forma que se constitui, em geral, sob o impacto da participação popular, a presença daquele *aspecto* democrático ao qual venho me referindo não implica necessariamente a existência de um movimento democrático no que se refere às relações internacionais e tampouco implica, de forma alguma, a existência de um ordenamento supra-estatal de caráter democrático. Nestas relações vigora — para retomar uma formulação já elaborada na aurora do capitalismo — o "estado de natureza". Eis um primeiro aspecto distintivo que impede, ao meu ver, a identificação efetuada por Wallerstein (1993)<sup>5</sup>. Em segundo lugar, o "princípio das nacionalidades" era pouco atento à organização interna da "comunidade" cuja independência se propugnava, enfatizando apenas o direito de se plenificar como nação, ou seja, de constituir Estado "próprio". Isso justamente porque tal princípio, particularmente em sua formulação wilsoniana, expressou a atenção para o fundamental, ou seja, que a "promoção" de nacionalidades a nações *não* contribuísse (muito pelo contrário), interna ou externamente, para transformações socialistas revolucionárias. No mesmo momento, as preocupações de Lenin eram exatamente opostas.

### Nacionalitarismo e democracia

Procurei explorar a idéia de que a implicação democrática necessária dos movimentos nacionais das "nações oprimidas" refere-se apenas a um aspecto deles. Muitos desses movimentos podem ser, quanto a outros aspectos, incrivelmente antidemocráticos e é unicamente em relação àquele aspecto que proponho o termo "nacionalitarismo".

Dois autores que deram importantes contribuições para o exame de questões nacionais em formações sociais dependentes, Rodinson e Abdel-Malek, já se referiram ao "fenômeno nacionalitário" para designar as "etnias" ou "nacionalidades", ou seja, "as formações globais" que, embora tenham superado "o nível dos clãs e das tribos", ainda não chegaram a constituir Estados nacionais "próprios" (Rodinson, 1975:7 e 36). Neste sentido, a noção de nacionalitarismo permite pensar a diferença entre o nacionalismo de formações sociais estatais e o de "nacionalidades". Não é, inclusive, incompatível com a hipótese acerca da existência de um aspecto democrático na luta dessas nacionalidades pela

autodeterminação. Todavia, diferentemente do que proponho, o “fenômeno nacionalitário” não se refere especificamente a esse aspecto democrático de um processo de luta política, mas se limita, numa classificação sociológica dos tipos de “comunidade inclusiva”, a nomear um deles, distinguindo-o de nação.

Já Abdel-Malek, ao se colocar no extremo oposto das análises que, ao resvalarem para o economicismo, praticamente obscurecem o elemento democrático presente nas lutas das “nações oprimidas”, parece-me absolutizar este elemento. Isto ocorre quando o autor define o fenômeno nacionalitário como “aquele no qual a luta contra as potências imperialistas de ocupação fixa-se como objetivo (...) a reconquista do poder decisório em todos os aspectos da vida nacional, prelúdio da reconquista da identidade que está no centro de toda obra de renascimento empreendida a partir de aspirações nacionais fundamentais (...)” (1975:120). Parece-me que Abdel Malek, ao mesmo tempo em que absolutiza este elemento democrático da luta das “nações oprimidas”, estendendo a noção de nacionalitarismo à totalidade do movimento nacional, restringe o âmbito dos movimentos nacionais aos quais a noção deveria se reportar: o “fenômeno nacionalitário” só diz respeito às “nações oprimidas” vistas como dotadas de um passado nacional que, aliás, o nacionalitarismo pretenderia resgatar.

Como já foi assinalado, esse componente democrático da luta da nacionalidade “oprimida” não necessariamente coincide com os elementos democráticos internos à luta dos dominados. Tal articulação é uma possibilidade. Uma outra é o nacionalitarismo burguês puro e simples, desprovido de quaisquer outros elementos democráticos e voltado exclusivamente para a fetichização do Estado ao qual se atribui a missão de encarnar a soberania *daquela* comunidade nacional que, por definição, se concebe como singular.

Aparente paradoxo: o nacionalitarismo foi melhor detectado a partir de uma perspectiva internacionalista. Não se trata de assumi-lo como princípio, mas de reconhecê-lo como historicamente legítimo na medida em que, ao se articular aos demais componentes da revolução democrático-burguesa, abrisse caminho para a participação política das classes populares com vistas a uma luta que desaguaria na revolução socialista internacional.

Neste sentido, a articulação do nacionalitarismo aos demais componentes da revolução democrático-burguesa era apenas uma parte de outra questão, esta sim, fundamental: a de como imprimir a esse processo um sentido favorável à revolução proletária. Isso implicava articular o nacionalitarismo — e com ele a questão

nacional — a algum tipo de internacionalismo. Carrère d'Encausse (1977:65) já observou que os dois eixos da posição de Lenin sobre a questão nacional foram a defesa do direito à autodeterminação nacional e "a prioridade absoluta da luta de classes sobre a lutas das nações". Esta é a distinção (teórica e prática) fundamental que Wallerstein não percebe entre o wilsonismo e as concepções leninianas. No caso destas últimas, sem o primeiro eixo (o da revolução), que era central, o carro não andava. Em outros termos, o foco analítico estava acoplado a uma estratégia revolucionária que, como tal, tinha seu destino dependente do resultado das lutas entre forças políticas em escala internacional.

Pois, como se sabe, a premissa estratégica de Lenin era a do caráter internacional da revolução proletária. Assegurar o caráter internacionalista do movimento operário revolucionário exigiria, em primeiro lugar, a recusa teórica e política de considerar a nação como uma entidade homogênea. A cultura nacional possui um caráter de classe e, portanto, é fundamentalmente a cultura da classe dominante. Mesmo defendendo o direito à autodeterminação nacional, o movimento socialista só deveria reconhecer "a cultura internacional do movimento operário". Tal posição implicaria, aos olhos de Lenin, a necessidade de construir, pelo menos no interior de um império multinacional como o czarista, uma organização partidária multinacional e centralizada. Da mesma forma, no bojo de uma revolução proletária internacional (que abrangesse, pelo menos, a maior parte da Europa Ocidental e os Estados Unidos), tratar-se-ia de construir uma organização política centralizada.

Vários autores já observaram que essa estratégia dedicou pouca atenção às formações sociais dependentes, ou seja, àquelas formações que, embora estatais, ocupavam posição nitidamente subordinada no contexto das relações internacionais. Observe-se que, hoje, após o desmoronamento dos impérios multinacionais e do colonialismo, a quase totalidade do globo é ocupada por formações desse tipo.

6. Aqui, Mármora se refere a Lenin. Todavia, não se deve ignorar que, posteriormente, este último procurou incorporar questões nacionais das formações sociais dependentes a uma estratégia global de combate ao imperialismo.

Como ressaltou Mármora, a desconsideração estratégica não significou ignorância da opressão imposta a nações como as latino-americanas. "A anexação econômica — escreveu Lenin — é plenamente 'realizável' sem a anexação política e ocorre freqüentemente"(1986:62)<sup>6</sup>. Segundo o autor argentino, a razão para que estas nações não fossem incluídas em um quarto tipo de questão nacional é que Lenin considerava que, "a partir do momento em que constituiu Estado próprio, esgotaram-se as tarefas nacionais" (Mármora, 1986:65).

A limitação desta resposta, para além de sua inegável parcela de verdade, é que ela só considera o nacional do ponto de vista das relações externas à formação social. Desta forma, ela ignora que a outra face do Estado-nação é o seu papel crucial na constituição dos cidadãos sem os quais o capitalismo não se reproduz.

Lenin não apenas observou que a autodeterminação jurídico-política nacional não era incompatível com a dependência como chegou a depositar grande expectativa no potencial revolucionário de “questões nacionais” no interior de formações sociais hegemônicas. Em um contexto de maior radicalização (Segundo Congresso da I.C., em 1920), ele, ao mesmo tempo em que insistia em apontar as limitações que o imperialismo impunha à autodeterminação nacional, também conclamou os negros dos Estados Unidos a imprimirem ao movimento deles uma perspectiva revolucionária (Lenin, 1971:39-48 e 97-105).

A não inclusão, por Lenin, dos Estados latino-americanos nas questões nacionais relevantes em 1916 explica-se, em grande parte, pela confluência da hipótese teórica com a avaliação estratégica.

A primeira fase do imperialismo foi assinalada, do ponto de vista da ordem política internacional, pela nova ofensiva colonialista. Aí residia um imenso potencial de conflitos com as metrópoles imperialistas, potencial cuja realização marcaria, aliás, a história do século XX. Um dos méritos de Lenin foi, além de perceber o que até então era uma tendência, detectar as possibilidades revolucionárias das questões nacionais (inclusive coloniais) em gestação.

Em um contexto visto como de revolução socialista internacional, a estratégia leniniana visava articular as tarefas democrático-burguesas às socialistas. Em outros termos, visava articular a resolução das questões nacionais à derrocada do imperialismo (ou seja, do capitalismo do século XX). Isso não significava ignorar a possibilidade teórica e nem mesmo a ocorrência efetiva de questões nacionais em formações sociais com Estado “próprio” — fossem hegemônicas ou dependentes. O que não se esperava era que elas viessem a se generalizar, pois, uma vez desencadeada a revolução internacional, ruiria, juntamente com o imperialismo, o sistema de Estados nacionais.

O problema é que a premissa estratégica não se realizou. O imperialismo, embora tenha sofrido séria derrota em 1917, não foi derrubado. Pelo contrário, a revolução socialista, que fora pensada como internacional, ficou literalmente sitiada em um dos terrenos mais desfavoráveis que se poderia imaginar. E mesmo aí não

demorou para que também as próprias conquistas democráticas fossem eliminadas.

Por outro lado, se desencadearia um riquíssimo e cada vez mais amplo processo de resolução de questões nacionais, obviamente desacopladas da revolução socialista internacional (que não ocorreu). Ou seja, apesar, inclusive, de várias tentativas de articulação de "tarefas" democráticas com socialistas, os resultados efetivos foram transições, sob várias formas, para ordens políticas essencialmente burguesas. Paradoxalmente, tais movimentos não deixaram de contribuir para reforçar um processo cujos primeiros contornos Lenin (1971:707) já detectara nos idos de 1916: o imperialismo contribuiria para o aprofundamento do capitalismo na "periferia do sistema".

O resultado (não desejado/esperado por Lenin) foi, portanto, em primeiro lugar, que a conquista da autodeterminação nacional se realizou na quase totalidade do planeta, superando-se, assim, a fase das anexações diretas, sem que o capitalismo fosse destruído. E mesmo na recém-fundada União Soviética, além dos aspectos socialistas, desmoronaram também as conquistas democráticas da revolução.

Mármora (1986:75) refere-se à "luta nacional-revolucionária da União Soviética para preservar sua soberania política, econômica e territorial". A avaliação implícita nesta referência, embora formalmente correta, parece-me ignorar uma realidade muito mais trágica: a intensificação do nacionalismo propriamente russo (e não da União Soviética) com a contrapartida da "atualização" de velhas questões nacionais que vicejavam no interior do antigo império.

O efeito mais profundo desse processo de revoluções, embora previsto (e denunciado), em seus contornos mais gerais, por diversas análises marxistas só agora se revela de modo mais pleno: trata-se da constituição de um sistema imperialista ancorado em formações sociais nacionais. Resta saber se, neste novo contexto, ainda há lugar para o nacionalitarismo.

Como já foi observado, o fato de Lenin não haver dedicado muita atenção às questões nacionais nas formações sociais com Estados "próprios" não significa que ele ignorasse a ocorrência delas, supondo, por exemplo, que a autodeterminação jurídica significasse "igualdade" substantiva entre as "nações". Apesar da ênfase que conferia, em sua análise clássica do imperialismo, à anexação territorial, Lenin (1971:706) mencionou a variante alemã do imperialismo, que dispunha de um mínimo império colonial e

cujos investimentos externos eram “os que se (repartiam) mais igualmente entre a Europa e a América” . No mesmo texto, foi afirmado que, além dos “dois grupos principais de países” (colônias e possuidores de colônias), a época do imperialismo também se caracterizaria “por variadas formas de países dependentes que, na realidade, estão aprisionados nas malhas de uma dependência financeira e diplomática”. São citados, como exemplo, a Argentina e Portugal (1971:723-4).

Recapitemos uma vez mais. A idéia de que havia lugar para “tarefas” nacionais nas formações sociais dependentes apoiava-se, em grande parte, na avaliação de que era iminente uma revolução socialista internacional. Tal avaliação orientava uma estratégia definida em um contexto marcado principalmente por um centro imperialista em torno do qual se gestava um forte potencial revolucionário nas partes coloniais da periferia, assim como entre os povos submetidos no interior de vastos impérios multinacionais, como o austro-húngaro e o russo. Como não se evidenciavam grandes questões nacionais na América Latina (a grande exceção era o México), considerou-se que o colapso iminente do capitalismo aniquilaria os próprios fundamentos sobre os quais elas poderiam se apoiar.

O contexto subsequente foi assinalado pela sobrevivência e expansão do capitalismo e pela crescente substituição do colonialismo por formações estatais-nacionais. O resultado foi que, ao invés de sepultadas, as questões nacionais nas formações com Estado “próprio” tenderam a se reproduzir (embora redefinidas) inclusive — o que foi mais surpreendente — nas próprias formações capitalistas “centrais”.

Nos processos de revolução nacional, a montagem do Estado tende a ser anterior às outras transformações estruturais, o que faz com que as “tarefas” de dissolução das antigas relações sociais e a constituição de todos os agentes como cidadãos costumem ser bastante árduas. Desta forma, abre-se a possibilidade de reposição de questões nacionais no interior das próprias fronteiras reivindicadas pelo novo Estado-nação, questões fortemente marcadas pela presença de conflitos de caráter “étnico”.

A dificuldade de constituir a todos como cidadãos não é exclusiva das insuficiências do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Mesmo no interior das formações capitalistas hegemônicas pode ocorrer, em determinadas conjunturas, o “ressurgimento” de nacionalidades marcadas pela atribuição (inclusive auto-atribuição) de características distintivas e, logo, de

um potencial de reivindicação de garantias políticas de identidade nacional que, no limite, desemboca na luta pelo Estado "próprio". Acrescente-se que justamente a aurora do imperialismo marcou a intensificação, em várias formações sociais hegemônicas, de um deslocamento na esfera da ideologia dominante, no bojo do qual tendeu a se afirmar a predominância dos elementos "étnicos" em detrimento dos jurídico-políticos<sup>7</sup>.

Todavia, um dos tipos mais característicos de questão nacional no contexto do imperialismo pós-colonial tem se mostrado menos dependente da etnicidade, embora não a exclua inteiramente. Ele ocorre quando certas forças sociais da formação dependente identificam na posição subordinada desta formação no contexto internacional a razão para a impossibilidade de o Estado implementar políticas que elas consideram indispensáveis à realização da soberania nacional.

Nas formações sociais hegemônicas, a inserção mais intensa e sob múltiplas formas das classes dominantes da "nacionalidade oprimida" no bloco no poder é um importante fator de fragilização dessas questões nacionais, induzindo a um processo de acomodação e de não-antagonismo frente à "etnia" dominante. O grau de antagonismo depende do caráter mais ou menos massivo destes movimentos, assim como do conteúdo de classe imprimido a sua direção. No que se refere aos Estados, a tendência que predominou nas últimas décadas tem sido, com maior ou menor sucesso, assimilacionista, ou seja, voltada para a inserção de todos os que se fixam no interior das suas fronteiras como cidadãos. Mas atualmente, no bojo da crise do capitalismo, tem se fortalecido a tendência no sentido de que esses Estados redefinam os critérios de pertencimento às "suas" respectivas comunidades nacionais. Se esta última tendência prevalecer, é de se esperar uma considerável intensificação de questões nacionais no próprio centro do sistema imperialista.

Já na "periferia", as questões nacionais são redefinidas pela própria coexistência, no interior de cada formação social, do capital imperialista com Estado nacional. Esta coexistência assume várias formas, as quais é preciso analisar concretamente. Todavia, pode-se arriscar a hipótese de que quanto maior for o desenvolvimento das relações sociais capitalistas na formação dependente, maiores serão as probabilidades de inserção nacional dos atores sociais vinculados (diretamente ou não) à propriedade do capital imperialista.

7. A este respeito, ver, por exemplo, Smith (1986).



Neste sentido, talvez se possa falar, no caso das formações sociais capitalistas dependentes, de questões nacionais “fracas”, pois duplamente atenuadas do ponto de vista estrutural: pela superação da “tarefa” de constituição de uma estrutura jurídico-política adequada à reprodução do capitalismo; e pela dominância da tendência à constituição de todos como membros da comunidade nacional sobre a tendência ao particularismo. Contudo, isso não significa que, do ponto de vista da prática política, estas questões estejam chegando ao fim. Como se observou, elas se repõem sempre que a ideologia da representação da comunidade nacional está em questão, o que expressa a crise — que, como toda crise, não tem um desfecho predeterminado — de uma esfera de relações fundamental para a reprodução do capitalismo. Aliás, é muito provável que os três tipos de questão nacional venham a se manifestar em proporções consideráveis no bojo dos atuais deslocamentos na ordem internacional. E, em todas elas, se repõe a questão do nacionalitarismo.

Voltando ao caso das formações capitalistas dependentes (que tendem a tipificar o “conflito norte-sul”), essas questões são, além de estruturalmente “fracas”, teoricamente “insolúveis”. São questões na medida em que se põem efetivamente, embora não encontrem, nos seus próprios termos, perspectivas concretas de resolução. Esta é uma das razões pela qual a própria noção de “dependência”, tal como foi teorizada por diversos autores contemporâneos, só preencheu de maneira ambígua a lacuna existente entre a análise leniniana do imperialismo (assumida como involuntariamente economicista pelo próprio autor) e a das questões nacionais. Pois se, de um lado, “dependência” alude às posições diferenciadas das formações sociais na reprodução do sistema capitalista no âmbito internacional, por outro lado, encara essas distintas inserções pela ótica da soberania do Estado-nação<sup>8</sup>. Em suma, tende a ser elevado o seu teor de mistificação ideológica da dominação de classe. Aqui também se expressa um nacionalitarismo que, como tal, deixa totalmente indeterminado o caráter de suas articulações com as lutas internas às formações sociais, mas (e outra vez como tal), subtende a permanência do Estado-nação que luta por uma inserção mais “igualitária” em um sistema constituído fundamentalmente por formações estatais-nacionais. Formulações deste tipo podem, em determinadas conjunturas, apresentar um forte apelo mobilizador e mesmo inspirar estudos empíricos de grande importância. Mas acredito que seus impasses teóricos não devem ser subestimados.

8. Basta observar, a este respeito, como, em um clássico sobre a dependência na América Latina, é definido o objetivo da análise: estudar “o desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania”. Cardoso e Faletto (1970:7).

No período pré-estatal, a conquista do Estado “próprio” combinava-se a um componente democrático geral muito forte. Ocorria uma ruptura estrutural cujo desfecho, no âmbito das relações externas, era a conquista da igualdade jurídica de uma comunidade policlassista — a comunidade nacional — frente às demais. Caberia ao movimento operário revolucionário ter reconhecido — muitas vezes, ocorreu o contrário — a legitimidade dessa reivindicação (uma vez que ela era efetivamente apresentada), mesmo que discordando dela. Todas as vezes em que este princípio foi “pragmaticamente” abandonado, o internacionalismo e, com ele, o socialismo, foram seriamente atingidos.<sup>9</sup>

Depois de montado o Estado “próprio”, o caráter de “nação oprimida” que a formação dependente vem a adquirir manifesta-se nas limitações que a situação de dependência impõe à capacidade de “seu” Estado implantar políticas (internas e externas). Reciprocamente, o nacionalitarismo expressa-se nesta demanda por autonomia, que — como se viu — pode ou não ser articulada a outros componentes democráticos (burgueses). Só que, agora, a organização por excelência da dominação burguesa já está constituída. Embora as possibilidades de articulação do nacionalitarismo com as lutas operárias e populares jamais devam ser desprezadas, elas nem sempre se realizam e, quando isto ocorre, assumem diferentes concretudes, que, obviamente, não são indiferentes à correlação de forças político-ideológica entre as classes sociais.

9. Pode-se mesmo afirmar que grande parte da luta política de classes em países dependentes (inclusive, atualmente, no Brasil) gira em torno de como deve se realizar esta articulação, não faltando aqueles que, mesmo no campo da “esquerda”, procuram torná-la mais palatável para a dominação burguesa.

Hoje, no Brasil, quando se tornam visíveis para amplos setores das classes populares os vínculos entre a política neoliberal e os interesses do grande capital nacional e transnacional, voltam a existir concretamente amplas possibilidades para aquela articulação. Qualquer abandono de uma perspectiva internacionalista, o que, em geral, se dá em nome do privilegiamento de perspectivas de curto prazo, poderá ter, neste contexto, resultados mais catastróficos do que os ocorridos no passado. Em contrapartida, uma articulação que incorpore a uma luta antiimperialista os elementos democráticos presentes na indignação contra a opressão nacional poderá inaugurar uma nova fase das lutas populares neste país e — por que não? — na América Latina.

Que apareça a face oculta do Mercosul.

## BIBLIOGRAFIA

- ABDEL-MALEK (1975). *La dialéctica social: la reestructuración de la teoría social y de la filosofía política*. México, Siglo XXI.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARRÈRE D'ENCAUSSE, H. (1977). "Unidad proletaria y diversidad nacional". In Barceló, M. (org.), *Comunistas y/o Nacionalistas*. Barcelona, Anagrama, 1977.
- LENIN, V. (1971a). "Du droit des nations à disposer d'elles-mêmes". In *Oeuvres Choiesies*, vol. 1. Moscou, Editions du Progrès.
- \_\_\_\_\_ (1971b). "L'impérialisme, stade suprême du capitalisme". In *Oeuvres Choiesies*, vol. 1, cit.
- \_\_\_\_\_ (1971c). *Lenin e a III Internacional*, Lisboa, Estampa.
- \_\_\_\_\_ (1975). "Tesis sobre la cuestión nacional". In *Sobre el internacionalismo proletario*. Madrid, Akal.
- MÁRMORA, L. (1986). *El concepto socialista de nación*, México, Pasado y Presente, 1986.
- RODINSON, M. (1975). *Sobre la cuestión nacional*. Barcelona, Anagrama, 1975.
- SMITH, A (1986). *The ethnic origins of nations*, Oxford, Basil Blackwell.
- WALLERSTEIN, I. (1993). "O conceito de desenvolvimento nacional". *Carta: falas, reflexões, memórias*, 8.